



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA  
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA AGRÍCOLA  
CÂMARA SETORIAL DA CADEIA PRODUTIVA DE SOJA**

**MEMÓRIA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Data:** 25/02/2025

**Horário:** 14:30 a 17:30

**Formato da Reunião:** Híbrido

**PAUTA DA REUNIÃO**

1. Abertura da reunião pelo Presidente – André Dobashi - 5 min;
2. Aviso e Informação da Secretaria da Câmara - 5 min;
3. Conjuntura do Setor / Balanço de oferta e demanda da soja referente a 2024 e última atualização de 2025. Leonardo Amazonas-Conab – 20 min;
4. Estimativas atualizadas de esmagamento – André Nassar-ABIOVE - 20min;
5. Atualização de dados da consultoria e análises da safra- André Debastiani - Diretor da AGROCONSULT – 20 min;
6. Defesa dos interesses do produtor rural no caso do Tiametoxan – Aprosoja Brasil – 20 min;
7. Assuntos Gerais;
8. Encerramento.

**OBSERVAÇÕES:**

- A próxima reunião do Colegiado está agendada para o dia 29/04/2025 (terça-feira) a partir das 14:30;
- Foi solicitado aos membros a atualização de dados para publicação no Diário Oficial.

**TEMAS ABORDADOS:**

**1. Defesa dos interesses do produtor rural no caso do Tiametoxan (item 6 da pauta)**

O representante da APROSOJA, leonardo Minaré, trouxe a abordagem sobre os defensivos agrícolas Tiametoxan e o Imedaclopida comentado inicialmente no ano passado, quando o IBAMA publicou um comunicado com diversas restrições ao uso. Essa decisão foi contestada judicialmente, com processos abertos no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul. Ambos os processos alegavam que o IBAMA não tinha competência legal para impor tais proibições, atribuindo essa responsabilidade ao MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Como resultado, o IBAMA retirou o comunicado, liberando temporariamente os registros dos produtos, que somam mais de 100.

No entanto, em junho, a empresa Syngenta ajuizou uma ação apenas contra o IBAMA, ignorando o papel coordenador do MAPA, conforme estabelecido pela Lei do Alimento Mais Seguro (de 2023). Desde então, foi solicitado que o MAPA ingressasse no processo, mas até o momento isso não ocorreu. O caso corre em segredo de justiça, o que dificulta o acompanhamento por outras partes interessadas, como produtores e associações do setor.

Além disso, foi relatado o caso do Imedaclopida, resolvido anteriormente com a publicação do Ato 71 do MAPA em 2022, que diferenciava os procedimentos de registro para empresas com produtos avaliados antes e depois de uma data de corte. O Sindiveg entrou com ação pedindo isonomia de tratamento, resultando no Ato 50, que permitiu a ampliação de registros para mais 15 produtos de empresas filiadas ao sindicato.

Contudo, houve nova contestação judicial pedindo a nulidade da sentença favorável ao Sindiveg. A expectativa é que o MAPA defende a legalidade dessa decisão, pois a entrada desses novos produtos no mercado ajuda a combater a concentração de mercado e reduzir custos aos produtores.

**2. Discussão sobre a Taxação do Estado do Maranhão e Fundos Estaduais.**

A Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA Brasil) trouxe para discussão do plenário, assunto debatido em reunião da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio, sobre a preocupação com a nova cobrança imposta pelo Estado do Maranhão sobre produtos destinados à exportação, especialmente a soja. A medida foi considerada inconstitucional por violar a

imunidade tributária das exportações, contrariar a Lei Kandir e desrespeitar emendas constitucionais recentes. Diante disso, a Câmara enviou uma moção ao Ministro da Fazenda e um ofício ao STF, solicitando posicionamento sobre a legalidade da cobrança, com o objetivo de impedir que essa prática se espalhe para outros estados.

A contribuição maranhense incide sobre todo o volume que transita pelo estado, independentemente da origem, afetando fortemente a cadeia da soja — com mais de 14 milhões de toneladas movimentadas — e, em menor escala, o milho. Como resultado, empresas já buscam rotas alternativas para evitar bitributação, já que estados como Mato Grosso e Goiás também possuem fundos semelhantes, mas limitados à produção local. Destacou-se ainda que o governo do Maranhão não quis manter o diálogo com o setor, apesar das tentativas de negociação.

Foi citado também o caso do Estado do Pará, que está implementando um fundo semelhante, porém restrito à produção local. Lá, os produtores estão negociando para que a cobrança só entre em vigor a partir da safra de 2026, já que a de 2025 já foi comercializada.

### **3. Conjuntura do Setor / Balanço de oferta e demanda da soja referente a 2024 e última atualização de 2025. (Item 3 da pauta)**

O Leonardo Amazonas, representante da Conab, apresentou o quadro atual de oferta e demanda da soja no Brasil. No quadro, não houve alterações significativas nas estimativas de produção para as safras de 2023/2024 e 2024/2025, em comparação aos relatórios anteriores. Um ponto destacado foi o estoque de passagem, que neste ano está estimado em 798 mil toneladas. No entanto, esse número está sendo revisado pela equipe técnica da Conab. Estima-se que, ao longo das últimas safras, tenham sido adicionadas cerca de 3,5 milhões de toneladas a mais nas projeções, o que impactou diretamente os estoques finais.

Em relação às exportações, a previsão atual é de 100,7 milhões de toneladas de soja exportadas. Foi mencionado ainda que o estoque de passagem das indústrias está sendo avaliado e gira em torno de 4 milhões de toneladas. Em sequência o Fabiano Vasconcellos, gerente de Acompanhamento de Safra da Conab, apresentou um panorama sobre as revisões que vêm sendo realizadas nos dados de área e estoques da soja. Segundo ele, a equipe da Conab identificou as possíveis inconsistências no estoque de passagem, especialmente a partir da safra 2023/2024, cujo número divulgado foi de aproximadamente 798 mil toneladas.

A partir de novembro do ano passado, a Conab iniciou um processo de revisão das áreas plantadas, com base em dados de mapeamento por satélite e geoprocessamento. Essa revisão começou por estados como Tocantins, Goiás, Rondônia e Mato Grosso do Sul, sendo que, em Goiás, chamou atenção uma diferença significativa entre safras — mais de 700 mil hectares. Com isso, foi necessário retornar até a safra 2019/2020 para reavaliar os dados e fazer os ajustes necessários. Além disso, a Conab vem dialogando com entidades como a Aprosoja e a Group Consult para entender melhor as divergências nos números de área plantada, já que, em alguns casos, essas entidades estimam áreas significativamente maiores que as indicadas pela Conab. Outro desafio apontado por Fabiano foi a dificuldade de mapeamento na região do Matopiba, principalmente no Maranhão, devido à alta incidência de nuvens durante o período de coleta de imagens. Isso comprometeu os resultados do mapeamento automático, obrigando a equipe a realizar vetorização manual das áreas para maior precisão.

Até o momento, já foram adicionados cerca de 1,24 milhão de hectares às estimativas oficiais da Conab, o que representou um incremento de aproximadamente 3,5 milhões de toneladas na produção. A revisão também abrangeu as safras 2019/2020, 2020/2021, 2022/2023 e 2023/2024.

### **4. Estimativas atualizadas de esmagamento – André Nassar-ABIOVE (Item 4 da pauta)**

O panorama sobre os resultados consolidados da safra de soja de 2024 e as expectativas para 2025 foi apresentado pelo Daniel Fulan Amaral. Ele destacou que os dados de 2024 já estão praticamente concluídos, com fechamento previsto para março, quando todas as indústrias repassam seus números finais de esmagamento. Cerca de 90% das empresas já enviam dados mensalmente, mas há uma parcela que só contribui com números anuais, o que complementa o balanço final.

Em relação à safra de 2024, houve uma revisão nas estimativas iniciais. A produção ficou em torno de 153,5 milhões de toneladas, com um volume de exportação surpreendente, superando os 99 milhões de toneladas. O processamento também teve desempenho acima do esperado, alcançando aproximadamente 55 milhões de toneladas, impulsionado principalmente pela forte demanda por farelo e óleo. As exportações de farelo cresceram significativamente, mesmo diante da concorrência argentina, com destaque para os mercados da União Europeia e da Ásia. Houve também uma diversificação nas exportações de óleo de soja, com vendas para Índia, China, Bangladesh, países africanos e outros mercados, apesar do volume total ter sido menor em comparação a anos anteriores. Daniel também comentou que a exportação de farelo e o consumo interno de óleo, especialmente para produção de biodiesel, foram os principais vetores do aumento no esmagamento. Em 2024, o estoque inicial foi de cerca de 5,9 milhões de toneladas, com previsão de fechamento do ano com 3,2 milhões de toneladas em estoque de passagem — número que ainda poderá ser revisado.

Para 2025, a estimativa de área plantada é de aproximadamente 47,1 milhões de hectares. A expectativa é otimista quanto à produtividade, embora já haja atenção para possíveis quebras regionais. As projeções apontam para um novo recorde nas exportações de grãos, chegando a 106 milhões de toneladas, e no processamento, com cerca de 57,5 milhões de toneladas. Espera-se crescimento tanto no consumo interno quanto nas exportações de farelo, impulsionados pela recuperação do PIB. Quanto ao óleo de soja, a maior parte deve continuar sendo direcionada ao mercado interno, especialmente para o biodiesel. A mistura de 14% foi mantida nos primeiros meses do ano, mas há expectativa de retorno para 15% a partir de maio. Caso isso não ocorra, será necessário

revisar as projeções de esmagamento e oferta de óleo.

##### **5. Atualização de dados da consultoria e análises da safra- André Debastiani - Diretor da AGROCONSULT (item 5 da pauta)**

No conteúdo apresentado por Andre Dbastiani, é feita uma análise abrangente sobre a evolução da safra de soja no Brasil, destacando diferenças regionais de produtividade, impactos climáticos e números atualizados de produção, exportação e consumo. Ele inicia comentando sobre a área plantada e a produção, mencionando que em janeiro já havia preocupação com a situação no Rio Grande do Sul, especialmente no sul do estado, que depois se estendeu a outras regiões. As chuvas foram muito irregulares no centro-sul do país, o que causou perdas, sendo o Rio Grande do Sul o mais afetado. Debastiani classifica os estados produtores em três grupos: o primeiro, com produtividade recorde, inclui Mato Grosso (66,5 sc/ha), Bahia (acima de 70 sc/ha), Goiás (em torno de 70 sc/ha), Minas Gerais (67 sc/ha), Maranhão e Tocantins, com safras excepcionais. O segundo grupo, com produtividade boa, mas com perdas localizadas, envolve estados como Paraná (com perdas no Norte, mas desempenho bom no Oeste e Centro), São Paulo (com 63,5 sc/ha), Piauí e Rondônia. O terceiro grupo inclui regiões com perdas consolidadas e severas, como Mato Grosso do Sul (49,5 sc/ha, puxado para cima pelo norte do estado) e Rio Grande do Sul, onde a produtividade deve ficar abaixo de 40 sc/ha, com destaque para áreas irrigadas como as únicas com bom desempenho.

A produção estimada para a safra é de 171,3 milhões de toneladas, ainda com dados parciais, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Para exportação, estima-se 106 milhões de toneladas, e o esmagamento interno está projetado em 57 milhões, com base em dados da Abiove. Além disso, é considerado o uso de 2,5 milhões de toneladas para sementes e perdas mínimas de 1% ao longo da cadeia, devido à infraestrutura logística brasileira.

##### **Encaminhamentos:**

Encaminhamento	Órgão Demandado	Ação	Responsável	Prazo
Defesa do MAPA em relação ao Imedaclopida, Tiametoxam e registro de produtos, a fim de manter a sentença já estabelecida, e que o MAPA entre de fato no processo judicial.	MAPA	Emitir uma moção ao Ministro solicitando uma posição sobre o Tiametoxam para registro dos produtos e defesa em relação ao Imedaclopida para manter a sentença já estabelecida, e que o MAPA entre no processo da AGU que já está em andamento.	Leonardo Minaré APROSOJA	- <b>15 dias</b>
Apoio à moção da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística.	MAPA	Endossar a moção pedindo apoio do supremo sobre a taxação do estado do Maranhão;	Câmara Setorial	<b>15 dias</b>

As gravações das reuniões ficam arquivadas nesta Coordenação-Geral e poderão ser disponibilizadas a qualquer momento, quando solicitado, para membros das câmaras.

As apresentações feitas na reunião, que forem disponibilizadas pelos palestrantes, serão publicadas no site das Câmaras:  
<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas>